

eduser

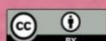
Olhares retrospectivos de adultos ex-acolhidos face ao acolhimento residencial

Retrospective glances of formerly fostered adults in residential care

Miradas retrospectivas de adultos ex-tutelados en acogimiento residencial

FERNANDA ABRUNHOSA, ROSA NOVO, ANA PRADA

ISSN 1645-4774 | e-ISSN 2183-038X
<https://www.eduser.ipb.pt>



Olhares retrospectivos de adultos ex-acolhidos face ao acolhimento residencial

Retrospective glances of formerly fostered adults in residential care

Miradas retrospectivas de adultos ex-tutelados en acogimiento residencial

Fernanda Abrunhosa¹, Rosa Novo², Ana Prada³

¹ Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; Portugal; <https://orcid.org/0009-0007-1064-436X>; monica.fernanda99@hotmail.com

² Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; Portugal; <https://orcid.org/0000-0001-8388-7740>; rnov@ipb.pt

³ Centro de Investigação em Educação Básica, Instituto Politécnico de Bragança; Bragança; Portugal; <https://orcid.org/0000-0003-2290-3692>; raquelprada@ipb.pt; autor de correspondência

RESUMO: Este estudo aborda as vivências em Casas de Acolhimento Residencial na perspetiva de dezoito adultos ex-acolhidos, partindo dos seguintes objetivos: (i) conhecer os motivos da medida de acolhimento residencial; (ii) identificar os sentimentos vivenciados aquando da medida de acolhimento residencial; (iii) identificar os valores e as competências desenvolvidos durante a medida de acolhimento; (iv) inferir os fatores promotores e inibidores da adaptação durante o período de acolhimento residencial. Optou-se por uma investigação qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas sujeitas a análise de conteúdo. Os motivos subjacentes à institucionalização foram consequência, sobretudo, de problemáticas presentes no contexto familiar e os entrevistados recordaram a entrada na instituição como um momento difícil e doloroso. Como principais facilitadores da adaptação inferiu-se a afetividade e durabilidade das relações com adultos e pares, bem como as oportunidades educativas/ lazer, a aquisição de valores e competências, e a existência de um clima familiar, marcado por rotinas estáveis, enquanto a separação / perda de familiares, a rigidez das regras, as práticas punitivas e o presenciar de comportamentos disruptivos constituíram fatores inibidores. Constatou-se uma apreciação positiva da medida de acolhimento residencial, descortinando potenciais implicações à luz do modelo bioecológico.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento residencial; Adultos; Percepções.

ABSTRACT: This study approaches the experiences in Residential Care Homes from the perspective of eighteen former fostered adults and aims: (i) to know the reasons for the residential care measure; (ii) to identify the feelings experienced during the residential care measure; (iii) to identify the values and skills developed during the residential care measure; and (iv) to infer the factors promoting and inhibiting the adaptation during the residential care period. This qualitative study used semi-structured interviews subject to content analysis. The institutionalisation resulted, above all, from problems present in the family context and the interviewees recalled entering the institution as a difficult and painful moment. The main facilitators of adaptation were the affective and lasting relationships with adults and peers, as well as the educational/ leisure opportunities, the acquisition of values and skills, and the existence of a family climate, marked by stable routines, while the separation/loss of family members, the rigidity of rules and punitive practices, and the witnessing of disruptive behaviours were inhibiting factors. A positive assessment of the residential care measure was noticed, revealing potential implications considering the bio-ecological model.

KEYWORDS: Residential care; Adults; Perceptions.

RESUMEN: Este estudio se centra en las experiencias en el Acogimiento Residencial desde la perspectiva de dieciocho adultos ex-tutelados y, tiene los siguientes objetivos: (i) conocer las razones de la medida de acogimiento residencial; (ii) identificar los sentimientos experimentados durante la medida de acogimiento residencial; (iii) identificar los valores y habilidades desarrollados durante la medida de acogimiento; (iv) inferir los factores que promueven e inhiben la adaptación durante el período de acogimiento residencial. En este estudio cualitativo se realizaron entrevistas semiestructuradas, sujetas a análisis de contenido. La institucionalización fue consecuencia, sobre todo, de problemas presentes en el entorno familiar y los entrevistados recordaron el ingreso en la institución como un momento difícil y doloroso. Como principales

facilitadores se infieren la afectividad y la durabilidad de las relaciones con los adultos y los iguales, así como las oportunidades educativas/el ocio, la adquisición de valores y habilidades, y la existencia de un clima familiar, marcado por rutinas derivadas, mientras que la separación/ pérdida de familiares, la rigidez de las reglas, las prácticas punitivas y la presencia de conductas disruptivas constituyeron factores inhibidores. Se encontró una valoración positiva de la medida de acogimiento residencial, y se reflexionan sobre posibles implicaciones teniendo en cuenta el modelo bioecológico.

PALABRAS CLAVE: Acogimiento residencial; Adultos; Percepciones.

1. Introdução

A família constitui o espaço natural e privilegiado para o desenvolvimento das crianças e dos jovens (Del Valle & Bravo, 2013). Todavia, o acolhimento residencial surge como uma medida de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo que deve ser equacionada, quando a intervenção familiar ou outras medidas se tornam inviáveis.

A medida de acolhimento residencial sofreu profundas alterações. Ao longo do século XX foram criadas instituições de acolhimento para apoiar um grande número de crianças e jovens (Martins, 2006) e sem recursos humanos especializados (Bravo & Del Valle, 2009; Rodrigues et al., 2013). No entanto, desde a década de 1990, em alternativa ao modelo institucional, o acolhimento evoluiu para um modelo familiar, mais adequado às necessidades dos menores (Bravo & Del Valle, 2009; Rodrigues et al., 2013). O Plano DOM (Desafios, Oportunidades e Mudanças), proclamado através do Despacho n.º 8393/2007, foi um dos grandes impulsionadores desta mudança. Este plano, interrompido em 2011, possibilitou o reforço e qualificação dos recursos humanos das instituições (Rodrigues et al., 2013). Desde 2012 o Plano SERE+ (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS) valoriza um modelo renovado de intervenção integrada e mais especializada, sem esquecer a interdependência entre os processos familiares e outros contextos ecológicos (Despacho n.º 9016/2012).

Apesar da redução significativa da institucionalização, o acolhimento residencial é ainda a medida que tem maior expressão. Importa destacar que, de acordo com o Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens, em 2021, havia 3719 crianças em Casas de Acolhimento Residencial (Instituto de Segurança Social, 2022).

Considerando a legislação portuguesa, o acolhimento residencial prevê a colocação de uma criança ou de um jovem num ambiente seguro, sob a responsabilidade de uma entidade, que garanta a satisfação das suas necessidades físicas, emocionais e sociais, bem como o exercício dos seus direitos e deveres. Para o efeito a entidade de acolhimento dispõe de recursos humanos devidamente dimensionados e habilitados promovendo a sua educação, o seu bem-estar e desenvolvimento integral e, sempre que possível, a reintegração da criança ou do jovem na família de origem ou no seu meio natural de vida (Decreto-Lei n.º 164/2019).

O estudo descrito neste artigo centra-se nas perceções de adultos ex-acolhidos sobre o período de institucionalização em Casas de Acolhimento Residencial e tomando como referência teórica o modelo bioecológico de Bronfenbrenner e Morris (2006). Esta perspetiva postula que o desenvolvimento é influenciado por uma diversidade de contextos nos quais a pessoa participa diretamente e, por outros contextos, nos quais embora não participe diretamente, têm impacto no seu desenvolvimento. No sentido de analisar as perceções dos adultos ex-acolhidos o estudo desenvolvido tem como objetivos: (i) conhecer os motivos da medida de acolhimento residencial; (ii) identificar os sentimentos vivenciados aquando da medida de acolhimento; (iii) identificar os valores e as competências desenvolvidos durante a medida de acolhimento; (iv) inferir os fatores promotores e inibidores da adaptação durante o período de acolhimento.

2. Período de acolhimento residencial

A transição do ambiente familiar para o institucional e a adaptação a este novo espaço constitui um processo complexo, resultante da interação de uma multiplicidade de fatores, que se abordam de seguida.

A entrada numa instituição pressupõe a mudança para um local desconhecido e de convivência alargada com mais pessoas, comparativamente com o contexto familiar (Silva, 2004). Neste processo é essencial evitar que a transição decorra de um modo abrupto e não planeado, mobilizando-se, sempre que possível, membros

do contexto familiar, pares e outros adultos da instituição (Gradille et al., 2018). Esta adaptação pode ser facilitada pela qualidade das relações interpessoais estabelecidas na instituição, mas também com outras figuras presentes na comunidade envolvente (Kothari et al., 2020; Moré & Sperancetta, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2006). A este propósito, Moré e Sperancetta (2010) acrescentam que os profissionais tendem a constituir-se como referenciais de família. Outros fatores facilitadores são a promoção da participação das crianças e dos jovens na comunidade (Kothari et al., 2020; Teixeira, 2015), bem como um acolhimento que permita uma intervenção precoce, o envolvimento positivo e o apoio dos microssistemas familiar e escolar (Teixeira, 2015). Kothari et al. (2020) acrescentam que o otimismo, o autoconceito positivo, a perceção de eficácia interpessoal, a existência de talentos e interesses, bem como a perceção do contexto institucional como um espaço de pertença e securizante facilitam a adaptação da criança e do jovem.

Pinheiro, et al. (2022) alertam que crianças mais velhas parecem ter mais dificuldades relacionais com os profissionais. Este aspeto é particularmente relevante já que, no intuito de esgotar as alternativas em meio natural, assiste-se a um aumento da idade de entrada na medida de acolhimento, o que tende a aumentar a resistência à intervenção (Bravo & Del Valle, 2009).

De entre os fatores organizacionais que podem comprometer o estabelecimento de uma relação positiva e de confiança dos profissionais com as crianças e os jovens, destacam-se: o elevado rácio de crianças/jovens por profissionais, a carga administrativa e a grande rotatividade dos profissionais (Pinheiro et al., 2022). Por outro lado, os esforços da instituição para organizar e estruturar o espaço a fim de assegurar a regularidade e a coerência das vivências do dia-a-dia, em oposição ao ambiente familiar, leva a que o espaço institucional seja, geralmente, marcado por rotinas mais rígidas, bem como a menores oportunidades para adquirir ou desenvolver novas aptidões, reforçar ou elogiar (Silva, 2004). A fragilidade das redes de apoio socioafetivo pode inibir a adaptação ao contexto institucional (Siqueira & Dell'Aglio, 2006). Importa igualmente referir que, quando a entrada da criança ou do jovem na instituição implica mudança de área de residência ou uma institucionalização precoce e prolongada há um risco acrescido de desconexão com a família de origem (Moré & Sperancetta, 2010).

Por sua vez, um ambiente punitivo, a estigmatização e discriminação social, a desresponsabilização da família são fatores inibidores da adaptação durante o percurso de acolhimento (Gomes, 2010). Outros obstáculos apontados na literatura são a impessoalidade, a privação de afetividade na relação e a elevada rotatividade de cuidadores (Moré & Sperancetta, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

Gomes (2010) enfatiza que, para que potenciais riscos possam ser atenuados, é essencial atender à duração temporal da mesma primando, sempre que possível, por uma permanência menos prolongada, pautada pela continuidade da relação de qualidade com os cuidadores e pares. É igualmente necessário promover atividades que facilitem a elaboração de projetos de vida (Moré & Sperancetta, 2010; Siqueira & Dell'Aglio, 2006).

3. Metodologia

Optou-se por desenvolver um estudo qualitativo o qual possibilita contemplar o ponto de vista dos intervenientes, explorando as suas vivências (Amado, 2017). Para a participação neste estudo consideraram-se os seguintes critérios de inclusão: ter 18 ou mais anos e ter vivido numa Casa de Acolhimento Residencial. As duas instituições situavam-se no norte e interior de Portugal (estando os nomes omitidos por questões deontológicas) e foram selecionadas por motivos de conveniência.

Para a recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada, analisando-se, neste artigo os seguintes blocos: caracterização sociodemográfica, familiar e profissional; entrada na instituição e período de institucionalização. Acresce referir que este guião foi previamente validado por duas especialistas e mediante a realização de duas entrevistas com adultos ex-acolhidos não incluídos na área abrangida pelo estudo. Foi, deste modo, assegurada a clareza e adequabilidade das questões, não tendo sido necessário proceder a alterações.

Para a concretização do estudo, num primeiro momento foram contactadas as direções das instituições, tendo sido elucidadas sobre os objetivos do estudo e os procedimentos metodológicos, bem como assegurado o anonimato e confidencialidade dos dados recolhidos. A sinalização dos adultos ex-acolhidos decorreu mediante indicação das instituições e, por efeito de bola de neve, no decurso das entrevistas realizadas. Foram contactados os adultos sinalizados, tendo sido reiterada a importância da sua participação e assegurado o

carácter voluntário da sua colaboração. Estes foram esclarecidos de que teriam total liberdade para abordar os assuntos desenvolvidos durante a entrevista e que seria respeitada a sua vontade caso não pretendessem abordar algum aspeto. Foi igualmente reiterada a confidencialidade na recolha e divulgação dos resultados. Todos os entrevistados deram o consentimento informado para participar neste estudo, tendo as entrevistas, administradas individualmente, sido concretizadas de janeiro a março de 2023, em função das suas disponibilidades.

A técnica de tratamento de dados utilizada foi a análise de conteúdo (Bardin, 2016). Após gravação áudio das entrevistas, estas foram transcritas na totalidade e, posteriormente, codificadas para análise, recorrendo-se à letra E referente à entrevista, “f” ao sexo feminino e “m” ao sexo masculino. O dígito na identificação indicava o número de entrevistados (Em1, Em2... Ef1, Ef2...). Houve ainda a preocupação de omitir todos os elementos identificativos. De seguida, realizou-se uma leitura exaustiva das respostas e, em função dos dois eixos temáticos consagrados (Entrada na instituição e Período de institucionalização), foram identificadas, à *posteriori*, as categorias de primeira e segunda ordem. Neste sentido, foram elaboradas tabelas temáticas com as sínteses dos discursos que continham mensagem essencial das entrevistas. A contabilização das frequências foi efetuada com base nos seguintes critérios: quando no mesmo episódio de um entrevistado havia uma ou mais referências similares só foi contabilizada uma referência; quando o significado ou a ideia eram distintos foram contabilizadas tantas frequências quantas as referências. Por último, procedeu-se à análise reflexiva e crítica sobre os dados recolhidos.

4. Grupo de participantes

Foram entrevistados oito homens e dez mulheres. A média de idades do grupo de participantes foi de 31 anos ($DP = 3,70$), oscilando de 24 a 39 anos. A idade média das mulheres ($M = 31,75$; $DP = 3,93$) era ligeiramente superior à dos homens ($M = 31$; $DP = 3,70$). Na atualidade, nove entrevistados possuíam habilitação superior (licenciatura ou mestrado), sete tinham o 12.º ano e dois tinham o 9.º ano. Quanto ao estado civil, nove entrevistados estavam casados/ em união de facto e nove eram solteiros. Quinze adultos estavam empregados a tempo inteiro, dois eram trabalhadores-estudantes e uma entrevistada estava desempregada. Todos os entrevistados eram de nacionalidade portuguesa, à exceção de uma entrevistada, que tinha dupla nacionalidade (portuguesa e espanhola) (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica e profissional do grupo de participantes.

Identificação	Idade atual	Escolaridade atual	Estado civil	Situação profissional	Nacionalidade
Em1	39	Licenciatura	União de facto	Empregado	Portuguesa
Em2	29	Licenciatura	Casado	Empregado	Portuguesa
Em3	26	9.º ano	Solteiro	Empregado	Portuguesa
Em4	29	Licenciatura	Solteiro	Trabalhador-estudante	Portuguesa
Em5	32	12.º ano	Solteiro	Empregado	Portuguesa
Em6	36	Licenciatura	Casado	Empregado	Portuguesa
Em7	30	Mestrado	Solteiro	Trabalhador-estudante	Portuguesa
Em8	33	12.º ano	Solteiro	Empregado	Portuguesa
Ef1	30	12.º ano	Solteira	Empregado	Portuguesa
Ef2	28	Mestrado	Solteira	Empregado	Portuguesa
Ef3	24	12.º ano	União de facto	Empregado	Portuguesa
Ef4	27	12.º ano	Casada	Empregado	Portuguesa
Ef5	34	Licenciatura	União de facto	Empregado	Portuguesa
Ef6	31	12.º ano	União de facto	Desempregado	Dupla nacionalidade
Ef7	33	Licenciatura	Solteira	Empregado	Portuguesa
Ef8	32	Licenciatura	Solteira	Empregado	Portuguesa
Ef9	36	9.º ano	Casada	Empregado	Portuguesa
Ef10	29	12.º ano	União de facto	Empregado	Portuguesa

Como se indica na Tabela 2, no período de pré-acolhimento, dezasseis entrevistados residiam com a família biológica e dois com a família alargada. Onze entrevistados eram provenientes de famílias monoparentais, quatro de uma família nuclear e um de uma família reconstituída. Apenas cinco entrevistados não tinham irmãos, e os restantes treze tinham irmãos, que também estavam institucionalizados, à exceção de um dos entrevistados. Durante a medida de acolhimento dezasseis entrevistados mantiveram contacto com a família ou parentes próximos mediante visitas aos fins-de-semana e períodos de férias. Importa ainda referir que catorze entrevistados mudaram de área de residência.

Doze entrevistados viveram numa instituição e seis em duas, tendo esta mudança ocorrido devido às limitações etárias para frequentar a primeira instituição. Dois entrevistados foram acolhidos com idades inferiores aos 3 anos. As idades na entrada na instituição variaram, predominando idades dos 6 aos 12 anos. O tempo de permanência oscilou de 7 a 19 anos, indiciando um período prolongado de acolhimento.

Tabela 2

Caracterização familiar do grupo de participantes antes e durante a medida de acolhimento residencial.

Identificação	Tipologia familiar	Contacto com família/ parentes próximos	Irmãos acolhidos	Mudança de área de residência	Número de instituições	Idade à entrada	Tempo de permanência
Em1	Reconstituída	Sim	-	Sim	1	9 anos	16
Em2	Monoparental	Não	Sim	Não	2	2 anos* 10 anos**	16
Em3	Nuclear	Sim	-	Sim	1	9/10 anos	8-9
Em4	Monoparental	Sim	Sim	Sim	1	12 anos	7
Em5	Monoparental	Não	-	Não	2	1/2 anos* 13 anos**	18-19
Em6	Monoparental	Sim	Sim	Sim	1	10 anos	10
Em7	Monoparental	Sim	Não	Sim	1	12 anos	6
Em8	Nuclear	Sim	Sim	Sim	1	7 anos	12
Ef1	Monoparental	Sim	-	Sim	1	9 anos	9
Ef2	Monoparental	Sim	Sim	Sim	1	13 anos	12
Ef3	Monoparental	Sim	Sim	Sim	2	6 anos* 10 anos**	13
Ef4	Monoparental	Sim	Sim	Sim	2	9 anos* 12 anos**	9
Ef5	Monoparental	Sim	Sim	Sim	2	4 anos* 6 anos**	18
Ef6	Alargada	Sim	-	Sim	1	10 anos	9
Ef7	Nuclear	Sim	Sim	Sim	1	11/12 anos	9-10
Ef8	Nuclear	Sim	Sim	Sim	1	10/11 anos	11-13
Ef9	Monoparental	Sim	Sim	Não	1	8 anos	7
Ef10	Alargada	Sim	Sim	Não	2	5 anos* 9 anos**	8

Nota: *Idade de entrada na primeira instituição; **Idade de entrada na segunda instituição.

5. Apresentação e discussão dos resultados

Atendendo aos dois eixos temáticos consagrados procede-se, de seguida, à análise das categorias de primeira e de segunda ordem, com alguns extratos dos discursos dos adultos entrevistados.

5.1. Entrada na instituição

Da análise do período de entrada na instituição foram definidas duas categorias de primeira ordem: “Motivos do acolhimento” e “Sentimentos vivenciados aquando da entrada na instituição” (Tabela 3).

Quanto aos “Motivos do acolhimento” (f=19), foram analisados os fatores que justificaram a medida de acolhimento residencial dos entrevistados, tendo-se identificado seis categorias de segunda ordem, sendo as mais referenciadas a “Presença de doença mental ou ao consumo abusivo de substâncias pelo(s) progenitor(es)” (f=5), a “Pobreza” (f=5), a “Exposição a situações de maus-tratos e negligência parental” (f=4) e o “Apoio ao estudo” (f=3) tanto devido às dificuldades da família no apoio escolar ao seu educando, como à ausência de respostas escolares no seu contexto residencial. Houve ainda uma alusão aos “Comportamentos disruptivos da criança na escola” (f=1) e ao “Divórcio/conflito parental” (f=1). A maioria dos motivos concentraram-se no microsistema familiar.

Apenas três entrevistados salientaram que, à data de admissão, não lhes foram dadas explicações para o ingresso na Casa de Acolhimento Residencial ou foram dadas informações ambíguas:

- “estava a sair de junto da família, (...) a sair de junto dos pais e não percebia muito bem o porquê de estar ali” (Em7);
- “A Segurança Social e a proteção de menores decidiram perguntar-me se eu queria ir com o meu irmão, só que na altura eu não sabia que iríamos ser separados em instituições, porque ele já não tinha idade para estar na instituição para onde eu ia” (Ef3);
- “não entendia bem o que se estava a passar” (Ef4).

Face aos “Sentimentos vivenciados aquando da entrada na instituição” (f=24) consagraram-se as referências aos diferentes estados emocionais experienciados pelos entrevistados aquando do ingresso na instituição de acolhimento. Foi possível a identificação de seis categorias de segunda ordem: “Confusão” (f=6), “Revolta” (f=5), “Tristeza” (f=5), “Euforia” (f=3), “Alegria” (f=3) e “Medo” (f=2). No período inicial de acolhimento os entrevistados recordaram, sobretudo, sentimentos de valência negativa, predominando a confusão, a tristeza a revolta e o medo. Tal é particularmente evidente quando o espaço institucional é sinónimo de separação da família biológica e transição para um local desconhecido. Este aspeto é igualmente assinalado noutros estudos desenvolvidos (Cabral, 2017; Instituto de Segurança Social, 2005; Gaspar et al., 2015; Moreira, 2018; Silva et al., 2019). Embora os sentimentos de valência positiva, de euforia e alegria, fossem menos reportados, relacionaram-se, particularmente, com a transição natural por questões etárias para uma segunda instituição, com a retirada de um contexto familiar abusivo ou com a aproximação aos irmãos na instituição.

Tabela 3

Análise das categorias de primeira e segunda ordem referentes ao período de entrada na instituição.

Categories 1.ª ordem	Categories 2.ª ordem	Exemplos
Motivos do acolhimento (f=19)	Presença de doença mental ou ao consumo abusivo de substâncias pelo(s) progenitor(es) (f=5)	- “por doença [mental] da minha mãe. O meu pai já tinha falecido, era órfão de pai. Não tinha avós, não tinha família próxima” (Em5) - “a nossa mãe é alcoólica e então as coisas começaram a descambar um bocadinho” (Ef3)
	Pobreza (f=5)	- “Os meus pais não tinham economias e fui para a instituição” (Em8) - “Foi uma opção da minha mãe, sobretudo, por razões económicas” (Ef7)
	Maus-tratos e negligência parental (f=4)	- “o meu padrasto tratava-me mal na altura e depois fui institucionalizado” (Em1) - “A falta de condições, os maus-tratos e a minha mãe, meio que me vendeu” (Ef4)
	Apoio ao estudo (f=3)	- “a minha mãe e a minha avó não eram instruídas (...) e eu não tinha quem me apoiasse (...) fui para a instituição para ter melhor aprendizagem” (Ef1) - “para eu não ir e vir [estudar] da aldeia todos os dias, porque era muito cansativo” (Ef6)
	Comportamentos disruptivos da criança na escola (f=1)	- “era o mau comportamento na escola” (Em3)

	Divórcio e conflito parental (f=1)	- “os meus pais separaram-se quando eu tinha cinco anos, mas depois nunca mais conseguiram se entender (...) o tribunal achou que seria melhor retirar-me dos pais” (Em7)
Sentimentos vivenciados aquando da entrada na instituição (f=24)	Confusão (f=6)	- “Senti-me um bocado desorientado e perdido porque era algo novo e era diferente” (Em8) - “Senti-me confusa já não estamos num ambiente familiar” (Ef7)
	Revolta (f=5)	- “Lembro-me de alguns períodos, em que realmente questionava o porquê de eu estar ali. Eu tinha primos mais próximos (...) e porque é que eu não podia estar com eles?” (Em5) - “não entendia bem o que se estava a passar, era revoltante” (Ef4)
	Tristeza (f=5)	- “Muito mal, não conhecia ninguém, chorei muito” (Em3) - “sentia-me triste” (Ef9)
	Medo (f=2)	- “com medo porque não sabia até onde podia ir” (Ef6) - “Foi difícil sair de casa, de perto da família ... Senti imenso medo do desconhecido. Foi ver-me com pessoas que mal conhecia... sem privacidade...a nova rotina” (Ef8)
	Euforia (f=3)	- “tinha lá os meus irmãos (...) Já estava ansioso, porque ia estar acima de tudo com família” (Em2) - “Na segunda instituição aquilo foi uma euforia, porque era uma etapa nova, ia para o 5.º ano, mudava de instituição, já me sentia mais velhinha (Ef3)
	Alegria (f=3)	- “Senti-me logo bem” (Em1) - “como já estavam lá as minhas duas irmãs mais velhas (...) tenho uma ideia muito alegre desse momento” (Ef5)

5.2. Período de institucionalização

Tendo em consideração o período de institucionalização foram definidas quatro categorias de primeira ordem: “Momentos marcantes durante a institucionalização”, “Figuras significativas durante a medida de acolhimento”, “Valores transmitidos pela instituição” e “Competências desenvolvidas na instituição” (Tabela 4).

A categoria “Momentos marcantes durante a institucionalização” (f=57) reportou-se aos eventos ou às experiências significativas recordadas pelos entrevistados durante o acolhimento residencial. Inferiram-se ainda nove categorias de segunda ordem (Tabela 4), sendo as mais aludidas as “Oportunidades educativas e de lazer” (f=14) desenvolvidas dentro e fora da instituição. À semelhança de outros estudos (Rodrigues, 2016; Silva et al., 2019), a instituição surgiu como um espaço potenciador de novas aprendizagens e incentivo ao investimento nos estudos, proporcionando um ambiente seguro, pautado por recursos que não existiam no contexto familiar. Foi igualmente realçado o “Ambiente familiar e afetivo” (f=11), sendo valorizado o clima familiar, securizante, afetivo e acolhedor, aspeto também reportado noutros estudos (Moré & Sperancetta, 2010). Foi também enfatizada a “Existência de rotinas” (f=7), enquanto elemento facilitador da organização quotidiana da instituição e que conferiu uma sensação de estabilidade e segurança, particularmente, em crianças e jovens provenientes de contextos familiares disfuncionais.

Neste estudo, em congruência com outros (Gradaïlle et al., 2018), dominou uma visão positiva da experiência de acolhimento residencial. Não obstante, foram também mencionados momentos negativos, destacando-se a “Exposição a comportamentos disruptivos”, como o presenciar de roubos, tentativas de suicídio, tentativas de fuga e violência entre pares (f=6) e, a “Rigidez das regras e castigos” (f=5). Esta inflexibilidade e a banalização do castigo surgiram como obstáculos à assunção de responsabilidades e à tomada de iniciativa. Acresce ainda referir que esta rigidez é um aspeto indicado na literatura e contrastante com o contexto familiar (Gradaïlle et al., 2018; Silva, 2004). No final da adolescência pareceram sentir a necessidade de uma maior autonomia, de experienciar um sentido de escolha ou liberdade que parece ter sido mais condicionada nas raparigas durante o acolhimento. Os entrevistados reiteraram ainda a “Separação e perda de familiares” (f=5), bem como o “Elevado rácio de crianças e jovens acolhidos” (f=4), o “Estigma da institucionalização” (f=3). A visão pejorativa das pessoas acolhidas no microsistema escolar é um aspeto corroborado noutras investigações (Gradaïlle et al., 2018; Zappe et al., 2017). Tal como referem Colton, et al. (1997), o estigma social acarreta nas crianças e jovens uma dupla exclusão e vitimação, que não pode ser

descurado na intervenção (Zappe et al., 2017). À semelhança de outros estudos (Gradaille et al., 2018; Pinheiro et al., 2022) foi ainda indicada a “Incompreensão dos funcionários” (f=2).

Relativamente às “Figuras significativas durante a medida de acolhimento” (f=24) foram consideradas as menções a pessoas que desempenharam papéis importantes ou influentes durante o período no qual os entrevistados estiveram em acolhimento residencial. Registaram-se três categorias de segunda ordem: “Adultos da instituição”, “Colegas da instituição” e “Família”. Os adultos presentes na instituição (f=13) constituíram uma fonte de apoio aquando da transição para a instituição, pelo desenvolvimento de ligações afetivas, positivas e securizantes (Collins et al., 2010; Siqueira & Dell’Aglia, 2006). Foi ainda salientada a relação com colegas da instituição (f=8), prevalecendo um sentimento de cumplicidade. Em menor frequência foi apontada a família (f=3) como figura significativa, destacando-se o papel dos irmãos institucionalizados. Nestas situações o subsistema fraterno pode, como forma de proteção contra terceiros, assumir funções parentais (Sousa et al., 2007), como reiterado pela entrevistada Ef4: “a minha irmã é a minha mãe”. Curiosamente apenas um entrevistado (Em6) fez ainda alusão aos avós: “As pessoas significativas, tenho para além do meu irmão, os meus avós”. Contrariamente ao apontado por Parente, et al. (2004), a parca alusão à família pode justificar-se pelo facto de o estudo atender à perspetiva de adultos sobre o seu período de permanência nas instituições e, por conseguinte, haver uma menor idealização da mesma. Pode igualmente indiciar um afastamento familiar durante a medida de acolhimento.

Quanto aos “Valores transmitidos pela instituição” (f=32) foram contemplados os princípios, as crenças e os padrões de comportamento veiculados pela instituição responsável pelo acolhimento dos entrevistados e que estes consideraram centrais na formação da sua identidade, influenciando as suas atitudes, comportamentos e decisões em diversas áreas das suas vidas. Reconheceram-se cinco categorias de segunda ordem: “Responsabilidade, esperança e perseverança” (f=11), “Respeito pelo outro, companheirismo e solidariedade” (f=14), “Honestidade, sinceridade e humildade” (f=7). Indo ao encontro de Gonçalves (2013), a permanência na instituição contribuiu para o desenvolvimento de valores assentes no esforço, na persistência e na implicação pessoal, indispensáveis para a construção de um projeto de vida.

A categoria “Competências desenvolvidas na instituição” (f=26) reportou-se aos conhecimentos e às capacidades adquiridas e desenvolvidas enquanto os entrevistados estiveram na instituição, e que estes entenderam como recursos pessoais essenciais na adaptação a distintos contextos. Foram inferidas sete categorias de segunda ordem: “Competências de gestão doméstica”, “Competências instrumentais”, “Competências sociais” e “Competências artísticas e desportivas”. Grande parte dos entrevistados (f=15) citaram o desenvolvimento de competências de gestão doméstica como o cozinhar, a limpeza e a arrumação do espaço habitacional. Foram ainda apontadas as competências instrumentais (f=7), as quais englobaram aspetos relacionados com o consumo, os conhecimentos sobre poupança, a abertura de contas, a marcação de consultas médicas e a elaboração de um contrato de arrendamento e de trabalho. Em menor frequência surgiram as competências sociais (f=3) e as competências artísticas e desportivas (f=2).

Tabela 4

Análise das categorias de primeira e segunda ordem referentes ao período de institucionalização.

Categorias 1.ª ordem	Categorias 2.ª ordem	Exemplos
Momentos marcantes durante a institucionalização (f=57)	Oportunidades educativas/ de lazer (f=14)	- “os momentos mais marcantes quando acabei a licenciatura” (Em1) - “Nós tínhamos sempre os espaços preenchidos, mesmo a nível lúdicos, de aprendizagem” (Em6)
	Ambiente familiar e afetivo (f=11)	- “Aquilo era uma família e eramos muito unidos” (Em2) - “acabámos por criar uma família, e amizades com as colegas” (Ef8)
	Existência de rotinas (f=7)	- “a disciplina; (...) quando entramos lá temos regras para comer, para levantar, para a escola, regras para tudo” (Em1) - “ter horários para tudo (...) e que me ajudou muito” (Ef9)
	Exposição a comportamentos disruptivos (f=6)	- “as coisas que me deixavam mais chateado eram os roubos que existiam” (Em7)

		- “uma miúda que se pendurou no telhado e que ameaçava que se ia matar, estava lá um aparato, bombeiros e tudo (...) na altura era assim um bocadinho chato” (Ef7)
	Rigidez das regras e castigos (f=5)	- “chamam-te à atenção e tu ficas revoltada e não são os teus pais que te estão a chamar à atenção” (Ef4) - “na instituição acho que podíamos ter tido um bocadinho mais de liberdade e se calhar não teria havido tantos problemas porque eramos muito fechadas (...) Lembro-me perfeitamente de ter chumbado um ano e levei um castigo assim daqueles!” (Ef6)
	Separação e perda de familiares (f=5)	- “Os mais difíceis foi quando faleceu a minha mãe” (Em1) - “Mas para mim o que mais me custou foi estar longe dos meus pais” (Em8)
	Elevado rácio de crianças/jovens acolhidos (f=4)	- “no meu tempo nós eramos colocados num depósito de crianças” (Em6) - “Éramos 40 miúdas numa casa, são muitas realidades, muitos traumas” (Ef2)
	Estigma da institucionalização (f=3)	- “na escola sentes essas diferenças, de quem está institucionalizado e de que não está, de quem tem esta roupa, de quem tem aquela” (Ef3) - “E a nível exterior há uma certa recusa a pessoas institucionalizadas, há uma ideia pré-definida de incapacidade” (Ef8)
	Incompreensão dos funcionários (f=2)	- “foi muito complicado, porque tive um problema na bexiga e não fui compreendida por parte das irmãs” (Ef1) - “senti que havia pessoas ali que às vezes se esqueciam que estavam a lidar com pessoas, às vezes não davam grande valor a sentimentos (...) lembro-me de situações em que as funcionárias eram más” (Ef2)
Figuras significativas durante a institucionalização (f=24)	Adultos da instituição (f=13)	- “O Padre é uma pessoa que admiro muito e é uma referência da minha vida e depois as auxiliares, as educadoras, as cozinheiras” (Em1) - “eu tive a sorte de pessoalmente ter o meu tutor (...) e depois as funcionárias” (Ef4)
	Colegas da instituição (f=8)	- “Os meus colegas ainda hoje mantenho relação, são como irmãos para mim” (Em1) - “A minha melhor amiga que é dos tempos da instituição” (Ef7)
	Família (f=3)	- “tenho para além do meu irmão, os meus avós” (Em6) - “Foi o meu irmão que (...) estava mais perto de mim e qualquer coisa sempre podia ajudar” (Em8)
Valores transmitidos pela instituição (f=32)	Responsabilidade, esperança e perseverança (f=11)	- “A esperança que é um valor importante, perseverança e persistência” (Pm7) - “A responsabilidade, se é para fazer as coisas é para fazer bem feitas” (Pf7)
	Respeito pelo outro, companheirismo e solidariedade (f=14)	- “o respeito, o fazer bem ao próximo” (Pf1) - “solidariedade, (...) a amizade e o companheirismo” (Pm1)
	Honestidade, sinceridade e humildade (f=7)	- “não mentir, ser honesto, ser sincero” (Pf5) - “ter a capacidade de ser humilde de reconhecer os erros” (Pm4)
Competências desenvolvidas na instituição (f=26)	Competências de gestão doméstica (f=15)	- “Aprendi a cozinhar, a cuidar da roupa, a fazer limpezas” (Em5) - “aprendi a fazer as limpezas, as camas (...) Foi nas instituições que eu aprendi a bordar” (Ef10)

	Competências instrumentais (f=7)	- “aprendi muito, a gerir o dinheiro também, que eles davam-me uma bolsa para controlar mais o dinheiro, para não ser gastador” (Em3) - “aprender como arrendar uma casa” (Ef2)
	Competências sociais (f=3)	- “Aprendi aquilo que eu sou (...) a oportunidade de nos fazer crescer e de nos tornar pessoas sociáveis” (Em2) - “Desenvolvi competências a nível social” (Em4)
	Competências artísticas e desportivas (f=2)	- “se calhar não sabia tocar guitarra, não sabia jogar a bola” (Em1) - “na instituição tínhamos sempre atividades (...) a nível da música nós tínhamos uma tuna” (Em6)

6. Considerações finais

O estudo desenvolvido procurou dar voz aos protagonistas, neste caso, os adultos que beneficiaram da medida de acolhimento residencial. A maioria, aquando da entrada na Casa de Acolhimento Residencial, tinha idades compreendidas dos 6 aos 12 anos e era, essencialmente, proveniente de famílias monoparentais e residentes noutra área geográfica. Foram diversas as problemáticas que motivaram o acolhimento por um longo período sendo estas, especialmente, centradas no microsistema familiar.

À semelhança do apontado na literatura (Cabral, 2017; Gaspar et al., 2015), o momento de entrada na instituição foi percebido, essencialmente, como um momento difícil e doloroso, pela separação da família e ingresso num espaço desconhecido. Tal não se verificou, contudo, em algumas situações de retirada do menor de contextos abusivos, bem como aquando da transição, por questões de maioridade, entre instituições ou quando a entrada na instituição concorreu para a reunificação dos irmãos.

Apesar do impacto maioritariamente negativo do ingresso na instituição, emergiram também memórias positivas. As instituições constituíram microsistemas nos quais os entrevistados tiveram a possibilidade de participar em diversas oportunidades educativas e de lazer. Este foi ainda um lugar central nas suas vidas, permitindo-lhes disfrutar de rotinas estáveis e previsíveis, bem como estabelecer relações significativas, especialmente com os funcionários, colegas da instituição e, nalguns casos, a reaproximação com irmãos. Tal não significou que os adultos não tivessem vivenciado momentos que os marcaram pela negativa. De facto, o presenciar de comportamentos disruptivos na instituição, a rigidez das regras e as práticas institucionais punitivas foram os aspetos mais elencados pelos entrevistados.

Emergiu ainda deste estudo uma apreciação positiva da vivência em acolhimento residencial, entendida como uma oportunidade única e imprescindível na aquisição de valores centrais na sua identidade atual e no estabelecimento de relacionamentos interpessoais. Concluiu-se também o papel da medida de acolhimento, com especial ênfase no desenvolvimento de competências de gestão doméstica. Denotou-se uma menor aposta no desenvolvimento de outras competências relativas à habitação, à empregabilidade, à gestão financeira e ao autocuidado, também elas essenciais para a autonomização à saída da instituição.

No que concerne aos fatores promotores da adaptação ao período de acolhimento podem inferir-se aspetos relacionados com a instituição. Grande parte dos entrevistados referenciaram vários adultos da instituição enquanto figuras de referência. Esta relação, marcada pela continuidade no relacionamento, pela proximidade, orientação, sensibilidade, afetividade e humanismo, parece ter sido central para a criação de uma base segura (More & Sperancetta, 2010; Pinheiro et al., 2022). Ainda neste contexto, o relacionamento com os pares e, nalguns casos com os irmãos institucionalizados, parecem ter sido fulcrais para que um espaço que, aquando da entrada, demonstrou ser ansiogénico, se transformasse num local confortável, seguro e de pertença. Estes aspetos foram particularmente relevantes atendendo ao período desenvolvimental das crianças e dos jovens durante o período de acolhimento e ao serem provenientes de contextos familiares disfuncionais.

As recordações, predominantemente, de estranheza, desorientação, tristeza, revolta e medo, aquando da entrada na instituição indiciam uma transição não planeada para um espaço desconhecido, que terá condicionado a adaptação ao ambiente residencial numa fase inicial. Contudo, os relacionamentos estabelecidos com os adultos e pares da(s) Casa(s) de Acolhimento Residencial pode(m) ter contribuído para a posterior adaptação à instituição. Curiosamente, embora grande parte tenha mantido contacto com a família

e todos os entrevistados frequentassem a escola foram, respetivamente, escassas ou nulas, as referências aos seus contributos na adaptação durante o período de acolhimento. Do ponto de vista organizacional, a existência de oportunidades de lazer e aprendizagem em espaços interiores e exteriores à instituição, o incentivo à prossecução dos estudos e a existência de um ambiente organizado, estável, pautado por rotinas parecem ter contribuído para a adaptação durante o período de acolhimento. Também prevaleceu a aquisição de valores como a responsabilidade, a perseverança, a persistência e assentes no companheirismo, o respeito pelo outro, essenciais quer do ponto de vista individual, mas também relacional. Não obstante, o presenciar de comportamentos disruptivos de outras crianças e jovens, bem como a postura mais rígida e punitiva adotada pelas instituições parecem ter constituído fatores inibidores do percurso institucional. Já no contexto escolar a estigmatização e a discriminação social surgiram como fatores inibidores da adaptação institucional.

Não foi intenção desta investigação uma generalização dos dados obtidos, contudo, considera-se que a análise das perceções dos adultos sobre o processo de institucionalização poderá contribuir para uma melhor compreensão da medida de acolhimento residencial, descortinando potenciais implicações à luz do modelo bioecológico. Um maior conhecimento dos fatores inibidores e facilitadores do período de acolhimento potencia uma atuação preventiva promotora do bem-estar e do desenvolvimento pleno das crianças e dos jovens.

Contribuição

Conceptualização: F. ABRUNHOSA e A. PRADA; Metodologia: F. ABRUNHOSA, e A. PRADA; Análise formal: F. ABRUNHOSA, R. NOVO, e A. PRADA; Análise de dados: F. ABRUNHOSA, R. NOVO e A. PRADA; Escrita- Esboço original: F. ABRUNHOSA, R. NOVO e A. PRADA; Escrita – Revisão & Edição: F. ABRUNHOSA R. NOVO, e A. PRADA. Todas as autoras leram e concordaram com a publicação do artigo.

Agradecimentos

Agradece-se a todos/as os/as entrevistados/os que aceitaram participar voluntariamente neste estudo, bem com às instituições de acolhimento pela colaboração na investigação realizada.

Referências

- Amado, J. (2017). *Manual de investigação qualitativa em educação*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Bravo, A., & Del Valle, J.F. (2009). Crisis y revisión del acogimiento residencial: Su papel en la protección infantil. *Papeles del Psicólogo*, 30 (1), 42-52.
- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In R. M. Lerner (Eds.), *Theoretical models of human development: Handbook of child psychology* (Vol. 1) (6.ª Ed.) (pp. 793-828). John Wiley & Sons.
- Cabral, A. (2017). *Do acolhimento à autonomização: Perceções dos jovens que viveram institucionalizados* [Dissertação de Mestrado em Educação para a Saúde, Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação e Escola Superior de Tecnologia da Saúde, Coimbra].
- Collins, M. E., Spencer, R., & Ward, R. (2010). Supporting youth in the transition from foster care: Formal and informal connections. *Child Welfare*, 89, 125–143. <https://doi.org/10.1177/074355841455480>
- Colton, M., Drakeford, M., Roberts, S., Scholte, E., Casas, F., & Williams, M. (1997). Child welfare and stigma: Principles into practice. *Childhood*, 4 (3), 265–283. <https://doi.org/10.1177/0907568297004003002>
- Decreto-Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro. Diário da República n.º 206/2019, Série I. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-lei/164-2019-125692191>
- Del Valle, J. F., & Bravo, A. (2013). Current trends, figures and challenges in out of home child care: An international comparative analysis. *Psychosocial Intervention*, 22, 251- 257. <https://doi.org/10.5093/in2013a28>
- Despacho n.º 8393/2007. <https://dre.tretas.org/dre/211778/despacho-8393-2007-de-10-de-maio>
- Despacho n.º 9016/2012. <https://dre.tretas.org/dre/302019/despacho-9016-2012-de-4-de-julho>
- Gaspar, J., Santos, E. J. R., & Alcoforado, J. L. M. (2015). Desafios da autonomização com jovens (ex) acolhidos [Autonomization challenges with (former) foster care youth]. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, 8 (1), 187-203.
- Gradaílle, R., Montserrat, C., & Ballester, L. (2018). Transition to adulthood from foster care in Spain: A biographical approach. *Children and Youth Services Review*, 89, 54-61. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.04.020>

- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Texto Editores.
- Gonçalves, S. (2013). *Jovens Institucionalizados: objetivos e valores de vida* [Tese de Mestrado, Universidade do Minho].
- Instituto da Segurança Social. (2005). *Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude*. Instituto da Segurança Social.
- Instituto de Segurança Social. (2022). *CASA 2021 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Kothari, B. H., Blakeslee, J., & Miller, R. (2020). Individual and interpersonal factors associated with psychosocial functioning among adolescents in foster care: A scoping review. *Child Youth Serv Rev*, 118. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105454>
- Martins, P. (2006). A qualidade dos serviços de protecção às crianças e jovens: as respostas institucionais. *Revista Infância e Juventude*, 3, 103–114.
- Moré, C., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22 (3), 519- 528.
- Moreira, M. S. O. (2018). *Mãos que protegem, corações que acolhem: o acolhimento de crianças e jovens em Portugal* [Tese de Mestrado, Instituto Superior de Serviço Social do Porto].
- Parente, C., Mendes, E., Oliveira, V., & Martins, P. (2004). As redes sociais pessoais de crianças e jovens em perigo em regime de acolhimento residencial [The personal social networks of children and young people in danger in residential care]. In M. Calheiros & M. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (vol. 4, pp. 77-101). Edições Sílabo.
- Pinheiro, M., Magalhães, E., Calheiros, M.M., Macdonald, D.. (2022). Quality of relationships between residential staff and youth: A systematic review. *Child and Adolescent Social Work Journal (Online)*. <https://doi.org/10.1007/s10560-022-00909-6>
- Rodrigues, S., Ducharme, M. B., & Valle, J.F. (2013). La calidad del acogimiento residencial em Portugal y el ejemplo de la evolución Española. *Papeles del Psicólogo*, 34 (1), 11-22.
- Rodrigues, S. (2016). *A transição para a vida ativa dos jovens institucionalizados em Casas de Acolhimento – Percursos de inserção* [Tese de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política].
- Siqueira, A, & Dell’Aglío, D. (2006). O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: uma revisão de literatura. *Psicologia & Sociedade*, 18(1), 71-80. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000100010>
- Silva, M. H. D. (2004). Crianças e jovens a cargo de instituições: Riscos reversíveis/irreversíveis. In M. H. D. Silva, A. C. Fonseca, L. Alcoforado, M. M. Vilar, & C. M. Vieira (Eds.), *Crianças e jovens em risco: Da investigação à intervenção* (pp. 83-113). Almedina.
- Silva, A., Oliveira, K., & Marques, C. (2019). Autonomização de jovens em acolhimento residencial: Discursos e significados. *Configurações [Online]*, 23. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.7305>
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias pobres: Desafios à intervenção social*. Climepsi.
- Teixeira, C. (2015). *Experiências de acolhimento de jovens em risco: fatores diferenciados de um percurso de (in)sucesso* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Católica, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Braga].
- Zappe, J. G., Patias, N. D., Patrício, J. N., Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Dell Aglio, D. D. (2017). Imagens sociais de famílias com filhos em acolhimento e em contexto familiar: Um estudo entre Brasil e Portugal. *Estudos e Pesquisas Em Psicologia*, 17 (1), 181–204. <https://doi.org/10.12957/epp.2017.34771>